

APRESENTAÇÃO

*Profa. Dra. Magali Reis**

A equipe editorial, com grande satisfação que apresenta o número 11 de *@rquivo Brasileiro de Educação*. Por decisão dos editores homenagearemos ao longo deste ano a pintora paulistana Anita Malfatti, uma das expoentes do modernismo brasileiro, cuja primeira exposição no Brasil ocorreu há cem anos, em 1917. Portanto, observem que as três capas correspondentes a 2017 trarão suas obras como ilustração.

Nosso periódico tem demonstrado boa inserção nas áreas de educação e ensino, e continuamos com nossa meta de até 2018 tê-la disponível em mais duas bases além da já cadastrada, que é a Latindex. Permanecemos com nosso acesso livre, gratuito e aberto a todos os pesquisadores das áreas mencionadas e as afins.

Abrindo este número apresentamos o artigo de Arilza Landeiro Guimarães Dalonso, que versa sobre as adequações curriculares na vida escolar dos alunos que sofrem alguma disfunção que os impede de seguir com o currículo formal. Para tal, a autora se baseia na análise das repostas dadas por professores aos questionários elaborados para a pesquisa. O estudo centrou-se nos educadores do ensino Fundamental que lecionavam em escolas comuns para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo a autora, com a pesquisa foi possível perceber a importância da formação docente, para que as adaptações curriculares possam auxiliar na construção de uma escola realmente inclusiva e democrática.

O segundo artigo é assinado por Ev'Angela Batista Rodrigues Barros, e intitula-se "Aprendizagens *Da e Na* Extensão Da PUC Minas:

** Doutora em Educação pela Unicamp, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da PUC Minas, Editora de @rquivo Brasileiro de Educação.*

múltiplas interações e interdependências”. A autora apresenta e discute, orientada pelas concepções e diretrizes da Política de Extensão Nacional e os documentos parametrizadores da Extensão da PUC Minas, os resultados destacados em 27 relatórios analíticos de trabalho dos Núcleos Temáticos, Assessorias e Coordenadorias integrantes da Rede PROEX de Extensão, em seus diversos *campi* e unidades. As análises estão delimitadas ao período de 2006 a 2015, e busca avaliar em que medida (e de que forma) a institucionalização da Extensão na Universidade vem ressoando nos diversos agentes que interagem no cotidiano desta instituição – atuando nos âmbitos indissociáveis do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Segundo a autora a partir dos Planos de Ação Integrados (PAI), cada Núcleo temático, Coordenação Setorial, Instituto e Curso foi instado a fazer o relatório ao final de 2015, avaliando criticamente o que foi possível realizar integral ou parcialmente, bem como as causas e condicionantes desse desempenho. A análise de diferentes materiais (relatórios produzidos por docentes das diversas instâncias constitutivas da Rede) permitiu cernir a Extensão que a instituição tem (pontos positivos e dificuldades) e a que quer construir (projeções e desafios), evidenciando pontos nodais, que se consagram como prioridades a serem perseguidas nos próximos anos. O artigo é importante para refletirmos se de fato a indissociabilidade Pesquisa, Ensino e Extensão Universitária, pode se concretizar na prática cotidiana do ensino superior.

Prosseguimos, com o artigo intitulado “Os Avanços dos Direitos Sociais e da Educação na Constituição Federal de 1988 e a Judicialização Como Remédio para a Má Gerência do Estado”, foi desenvolvido por Ana Zilda Maria de Oliveira Lana e tem por objetivo discutir os impactos que causaram aos cidadãos brasileiros, a inserção dos direitos sociais, no rol de normas que tratam sobre os Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No artigo a autora reflete sobre o papel assumido pelo Estado Democrático Social na elaboração e implementação de políticas públicas, que sejam capazes de garantir maior efetividade aos direitos

prestacionais positivos; e discute sobre o fenômeno da intensificação da judicialização associando-o às “más” gerências do Estado relacionadas ao direito social à educação. O artigo é oportuno para discutirmos direitos subjetivos num momento histórico do país em que estes estão sendo espoliados da classe trabalhadora.

O quarto artigo trata da “Inclusão Dos Alunos Com Necessidades Especiais Na Escola Comum”, e foi escrito por Ana Paula Valentim de Araújo. A autora busca demonstrar que é direito da pessoa com necessidade especial frequentar a escola comum, e que o atendimento educacional especial não substitui a escolarização, somente suplementa e, ou complementa a formação dos alunos, objetivando a independência e autonomia deles. A autora ressalta, que neste aspecto, a atual tendência do ordenamento jurídico brasileiro, e especialmente do Direito à Educação das pessoas com necessidades especiais, é de buscar uma vida digna, visando o pleno desenvolvimento, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. De acordo com a estudiosa, a grande polêmica gerada em torno do tema é o motivo pelo qual é necessário um estudo sobre o caso para que se tenha a melhor solução para o conflito. Ana Paula conclui afirmando “que cabe às escolas da rede de ensino, inclusive as privadas, receberem os alunos com deficiência, fornecendo o atendimento necessário para sua permanência em sala de aula e alcance do seu desenvolvimento”.

Caroline de Oliveira Ferraz, no quinto artigo que compõe este número discute o Desafio da Acessibilidade da Informação na Web para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. O estudo analisa a problemática da falta acessibilidade da informação voltada para a educação de alunos dos primeiros anos do ensino fundamental e da educação infantil, além da pouca utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação, da Internet no ensino de educandos nestas etapas do ensino. Os temas abordados envolvem a acessibilidade de forma geral e a acessibilidade para a educação, como

acessibilidade física de pessoas e não apenas educandos a edificações de estabelecimentos de ensino e a acessibilidade a informação analógica de educandos, com limitações intelectuais. De acordo com a autora estas temáticas fazem parte da política de Educação Inclusiva adotada por governos e gestores de educação nos últimos anos. Como conclusão, são demonstradas algumas das possíveis estratégias que poderão tornar a informação disponibilizada na Internet acessíveis ao público de interesse, isto é, alunos da educação básica. Também são apontadas opções que incentivem a utilização da Internet e de ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação para o ensino básico, bem como o desenvolvimento de instrumentos que possibilitem o acesso a informação. Sem dúvida uma abordagem inovadora para um tema que está na ordem do dia nas escolas e nas agendas das políticas públicas em educação.

O perfil dos professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais, é o tema do sexto artigo que fecha este número, desenvolvido por Débora Fernandes de Miranda. A autora apresenta o perfil dos professores concursados e temporários do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (REE-MG). Para traçar esse perfil, foi desenvolvido um estudo de caráter quantitativo com base nos dados do Cadastro de Profissional Escolar do Censo Escolar do INEP de 2015. O objetivo da pesquisa foi analisar o perfil sociodemográfico, a escolaridade e algumas características do trabalho desses docentes e identificar possíveis diferenças entre professores concursados e temporários. Os resultados da pesquisa contribuem para ampliar a compreensão sobre quem são os professores da REE-MG e fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas que visem a valorização dos docentes e a melhoria da educação no estado. Pesquisas desta natureza são fundamentais para subsidiar as políticas de formação inicial e permanente de professores em exercício, além de possibilitar a projeção de quadros de carreiras coerentes com as demandas sociais que a profissão docente tem recebido.

O leitor poderá analisar após apresentação deste número o quão instigantes são os temas tratados em Arquivo Brasileiro de Educação, assim como sua atualidade e relevância para a teoria educacional contemporânea.

Boa leitura a to@s!!!